

# As contribuições de Celso Furtado para a teoria da mudança social no Brasil

Maria José de Rezende\*

**Resumo:** Celso Furtado contribuiu significativamente para a construção de uma teoria da mudança nas ciências sociais brasileiras. Ele estabeleceu inúmeros diálogos com as teses da unilinearidade, da multilinearidade, da diretividade progressiva, dos ciclos históricos e da diretividade fundada na ruptura. Nesse artigo, partir-se-á da hipótese de que ele refutava as teorias fundadas na convicção de que os processos são ou diretivos (lineares ou não) ou cíclicos. Seguindo Max Weber, Celso Furtado ao longo de seus escritos empenhou-se em combinar as teorias lineares e as cíclicas. Sua filiação à perspectiva histórica, porém, levava-o a dialogar com vários outros pensadores que estão na base desse tipo de reflexão, tais como Hegel, Marx e Mannheim.

**Palavras-chaves:** mudança social, desenvolvimento, subdesenvolvimento.

## Introdução

**A**o discutir o subdesenvolvimento não somente em razão dos elementos econômicos, mas também em vista das implicações políticas que essa forma de organização social alimentava continuamente, Celso Furtado oferece, no conjunto de suas obras, uma das mais importantes contribuições para a teoria da mudança social no Brasil. Os diálogos com os pensamentos sociais europeus, estadunidenses e latino-americanos possibilitaram a ele a incorporação de diversas teorias da mudança na formulação de suas análises acerca dos processos de modificações sociais em curso, no século XX, na América Latina. Não há, de sua parte, uma filiação em bloco a qualquer

---

\* Professora de Sociologia da Universidade Estadual de Londrina e Doutora em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

perspectiva. Ele procurava dialogar com Hegel, Marx, Mannheim, Keynes, Weber, Sombart, Myrdal, entre outros. E o fazia na tentativa de criar uma via própria de análise do subdesenvolvimento<sup>1</sup>.

Será investigado, neste artigo, se a sua teoria do subdesenvolvimento supunha ou não uma compreensão da história fundada na diretividade progressiva. Se sim, quais seriam, então, os elementos que para Furtado confirmavam, no caso dos países periféricos, essa progressividade. Se não, quais eram as implicações de combinar uma perspectiva diretiva em algumas áreas da vida social com uma perspectiva não-fundada na direcionalidade progressiva em outras. No campo econômico, por exemplo, havia indicação de uma linearidade a partir do processo de industrialização que se inicia em 1930? E no social? E no político? Seriam esses dois últimos campos negadores de que o país estava progredindo rumo à democracia? Neles ficavam demonstrados que os processos sociais se davam de modo cíclico com avanços e recuos intermitentes? O que o golpe militar de 1964 e a sua modernização conservadora indicava sobre isso?

A análise do processo social brasileiro (FURTADO, 2000; 1997; 1997a; 1997b; 1997c; 1997d; 1962; 1962a; 1964; 1966; 1968; 1972; 1978; 1984; 1979; 1992; 2002) empreendida por Celso Furtado contém indicações de que a diretividade progressiva não obedecia a qualquer automatismo, ou seja, ela poderia ser produzida através de um amplo processo a ser construído por parte das diversas forças sociais. Não havia em seus escritos uma crença na automaticidade de uma modernização econômica, social ou política. Questionava ele, assim, as teses baseadas numa linearidade ou numa multilinearidade constante dos processos sociais. Os avanços, os recuos e os entraves detectados ao longo do desenrolar da vida social brasileira, os quais foram detalhados em suas obras não devem ser vistos, todavia, como uma recusa completa das teses baseadas na diretividade progressiva, nem como uma aproximação incondicional com as teorias cíclicas.

As contribuições de Celso Furtado para a teoria da mudança social no Brasil  
Maria José de Rezende

---

<sup>1</sup>“O subdesenvolvimento é fruto de um desequilíbrio na assimilação das novas tecnologias produzidas pelo capitalismo industrial, o que favorece as inovações que incidem diretamente sobre o estilo de vida. Essa proclividade à absorção de inovações nos padrões de consumo tem como contrapartida o atraso na absorção de técnicas produtivas mais eficazes. É que os dois métodos de penetração de modernas técnicas se apóiam no mesmo vetor, que é a acumulação. Nas economias desenvolvidas existe um paralelismo entre a acumulação nas forças produtivas e diretamente nos objetos de consumo. O crescimento de uma requer o avanço da outra. É a desarticulação entre esses dois processos que configura o subdesenvolvimento” (FURTADO, 1992: 41-2).

## 1. Os diálogos de Celso Furtado com as teorias da mudança social

Nas Ciências Sociais as perspectivas direcionais foram sistematizadas por diversas perspectivas teóricas. O evolucionismo, o positivismo e o marxismo estão entre as principais (SPENCER, 1972; COMTE, 1934; MARX e ENGELS, 1980). A história é concebida por estas teorias como dotada de uma direcionalidade. No entanto, estas perspectivas são diferentes no seguinte aspecto: enquanto aquelas duas primeiras vislumbram a existência de uma trajetória incontestavelmente unidirecional e progressista<sup>2</sup> (SZTOMPKA, 1998: 182) aquela última insiste que há diretividade, mas não progressividade, já que as mudanças essenciais se dão através de rupturas.

No livro *Dialética do desenvolvimento*, Celso Furtado esclarece que estará dialogando com as perspectivas direcionais. Seu ponto de partida era Hegel (1770-1831), já que o mesmo teria sido um marco fundamental no âmbito das Ciências Humanas pelo seu intento de encontrar uma lógica no processo histórico. Todo o seu empreendimento em torno da problemática do desenvolvimento e do subdesenvolvimento afinava-se com a perspectiva hegeliana:

[...] *de que o mundo não está constituído por coisas acabadas, e sim por um conjunto de processos e de que somente uma lógica do desenvolvimento nos poderá capacitar para compreender esses processos* (FURTADO, 1964: 13).

Com base nessa perspectiva do processo histórico é que Furtado atestava a não-possibilidade de condenação dos países periféricos à condição insuperável de subdesenvolvimento<sup>3</sup>. Identificar a essência desse último era fundamental. Assim como o era também a identificação das possibilidades que possuíam as forças progressistas de agir e interferir para mudar o percurso que a América Latina vinha fazendo até então. O caminho percorrido pelo continente ao longo do século XX se assentava na condenação de uma parte expressiva das pessoas à exclusão social e política. Se a história estava sempre aberta para inúmeras possibilidades, convicção essa que ele

---

<sup>2</sup> Spencer afirmava: "As sementes de civilização existentes no aborígene e distribuídas pela terra, viriam certamente, com o correr do tempo, a cair aqui e ali em circunstâncias adequadas a seu desenvolvimento" (SPENCER, 1972: 238). Augusto Comte, por sua vez argumentava: "em princípio, não se deve dissimular que nossa progressão social repousa essencialmente sobre a morte, isto é, que os passos sucessivos da humanidade supõem necessariamente a renovação contínua, suficientemente rápida, dos agentes do movimento geral, que, habitualmente quase imperceptível no curso de cada vida individual, só se torna verdadeiramente pronunciado passando de uma geração à seguinte. O organismo social submete-se a este respeito, e de maneira não menos imperiosa, à mesma condição fundamental do organismo individual" (COMTE, 1934: 334).

<sup>3</sup> A rigor, o subdesenvolvimento é uma variante do desenvolvimento, ou melhor, é uma das formas que historicamente assumiram a difusão do progresso técnico (FURTADO, 1992: 47; FURTADO in CAMARGO e LOYOLA, 2002: 18).

manterá ao longo de seus escritos (FURTADO, 1992; 1997b; 1999a), havia, então, que se construir meios de intervenção, de ação e de compreensão voltados para a mudança social<sup>4</sup>. Isso porque:

[...] *o subdesenvolvimento, como o deus Jano, [que] tanto olha para frente como para trás, não tem orientação definida. É um impasse histórico que espontaneamente não pode levar senão a alguma catástrofe social. Somente um projeto político apoiado em conhecimento consistente da realidade social poderá romper a sua lógica perversa* (FURTADO, 1992: 57).

Nessa passagem ele opõe o progresso à catástrofe social. Ou seja, um seria a negação do outro. Somente se aquele primeiro fosse direcionado para a maior homogeneização social em termos não estritamente da distribuição da renda, mas também em termos de inclusão política é que se romperia, na América Latina, a tendência à estagnação, ao desemprego, à miserabilidade crescente, à expansão das desigualdades sociais e à exclusão de modo geral. Celso Furtado introduz em suas discussões a idéia de que a história do continente pode desaguar na catástrofe, mas pensa essa em oposição ao progresso social. Sua discussão estaria, assim, numa chave diferente de outras que também, dialogando com Hegel, Marx e Weber, possuíam um outro entendimento do processo histórico. Walter Benjamin pode ser citado como exemplo. Em 1940, ele também colocava no centro de sua discussão sobre a história a noção de catástrofe (LOWY, 2002: 204). Enquanto para Furtado, seguindo as orientações de Mannheim, era possível encontrar saídas para evitar a catástrofe social, Benjamin afirmava: “a catástrofe é o progresso, o progresso é a catástrofe. A catástrofe é o contínuo da história” (BENJAMIN *apud* LOWY, 2002: 204).

São contextos e circunstâncias sociais absolutamente distintos aos quais eles estão se referindo para introduzir essas noções de catástrofes ao processo histórico. Não é possível, no âmbito deste artigo, alongar esta discussão, mas esta breve referência a tais questões teve somente como objetivo chamar a atenção para o fato de que a leitura que Celso Furtado faz da história inscreve-se numa

As contribuições de Celso Furtado para a teoria da mudança social no Brasil  
Maria José de Rezende

---

<sup>4</sup> “E como a história ainda não terminou, ninguém pode estar seguro de quem será o último a rir ou a chorar” (FURTADO, 1992: 9).

---

<sup>5</sup> Em entrevista publicada em 2002, Celso Furtado afirma que a “civilização industrial caminha para um impasse profundo” (FURTADO, 1978). O próprio conceito de progresso estaria, na atualidade, em suspense. “Nossa civilização sempre esteve baseada na idéia de esperança, progresso, melhoria, satisfação das necessidades do homem. Isso está sendo superado, abandonado. Estamos vivendo uma nova espécie de crise” (FURTADO in CAMARGO e LOYOLA, 2002: 37). Através dessas afirmações ele questiona as interpretações fundadas na linearidade progressiva e/ou na direcionalidade nos processos de mudanças sociais.

perspectiva que não considera nem o progresso nem a catástrofe como inevitáveis. São as ações sociais e as suas relações de interdependências que os podem efetivar e/ou os refutar<sup>5</sup>. Com base em tais elementos muitos de seus escritos (1997; 1997a; 1997b; 1997c; 1997d; 1999; 1992; 1998; 1999a; 1964) fornecem indicações de que, para ele, não era porque o progresso europeu tinha desaguado na catástrofe nazista dos anos 30 e 40 do século XX que todos os demais progressos se encaminhariam naquele sentido. Prevalece fortemente em seus escritos a percepção hegeliana de que a história é um processo aberto. Assim a luta contra a arbitrariedade e a violência “é como um rio que passa: traz sempre águas novas, ninguém a ganha propriamente e nenhuma derrota é definitiva” (FURTADO, 1997c: 13).

Celso Furtado afirmava que tal como Hegel, ele concebia o desenvolvimento como um processo que se assentava na oposição entre forças contrárias, as quais eram impulsionadoras dos avanços históricos. Nesse caso, o desenvolvimento não era pensado por Furtado somente como crescimento econômico, mas também como um processo de redefinição do processo social como um todo, já que essa última se fazia através da potencialização do embate entre as diversas forças sociais. Seguindo Hegel, ele afirmava que era a “oposição das forças em equilíbrio móvel” (FURTADO, 1964: 13) que dava sentido ao processo histórico em constante modificação.

Em seu entendimento, a perspectiva direcional de Hegel era mais rica para pensar a mudança social que a de Marx (1818-1883). Isso por que esse último teria construído um modelo de mudança social mais simplificado do que aquele primeiro por pensar a realidade social como cindida em infra-estrutura e superestrutura e dividida em duas classes fundamentais. No entanto, Furtado reconhecia nas análises de Marx a inauguração de um caminho fundamental para as reflexões baseadas na diretividade, visto que as análises desse último sobre as transformações intensivas calcadas na aceleração tecnológica constituía a base das teorias do desenvolvimento capitalista.

Todavia, Celso Furtado estava preocupado em assinalar que um dos maiores desafios colocados aos cientistas sociais, no sé-

culo XX, era construir modelos dinâmicos de mudança social que estivessem pautados em múltiplos fatores e não em um único fator determinante (FURTADO, 1964: 21). O desenvolvimento tecnológico é um fator básico, mas não poderia ser tomado como o único fator importante no processo de superação do subdesenvolvimento. Em vista dos trabalhos de Gunnar Myrdal (1967), ele considerava a necessidade de que fosse formulado pelos cientistas sociais um modelo de análise que conseguisse operar não só com as variáveis objetivas, mas também com as subjetivas. Os valores sociais e políticos que norteavam a prática dos diversos agentes deveriam ser amplamente considerados no estudo da mudança social.

A sua discussão com Myrdal visava ressaltar os aspectos positivos do modelo analítico para pensar a mudança social<sup>6</sup>. A positividade desse tipo de estudo estava exatamente no fato dele não se ater somente a um fator determinante da mudança, mas a vários. E entre esses, o elemento cultural era considerado básico. No entanto, havia ainda, por parte da perspectiva analítica, uma dificuldade de vencer uma percepção abstrata e generalizada do processo histórico. Isso demonstrava que o modelo da causação social dinâmica de Myrdal, mesmo sendo significativamente menos generalizante que o método de Marx, não havia, ainda, conseguido vencer uma percepção abstrata da realidade social e, portanto, não tinha como dar uma guinada nas explicações sobre o desenvolvimento.

*Identificar as inter-relações entre os múltiplos fatores que integram um sistema não seria suficiente para constituir um modelo dinâmico, isto é, para explicar um processo de desenvolvimento. Sempre será necessário introduzir algum elemento exógeno, ou seja, modificar algum dos parâmetros estruturais. Parece haver um consenso geral de que esse parâmetro em permanente modificação nas sociedades modernas é a técnica. Por um processo cumulativo ou de causação circular idêntico ao descrito por Myrdal, as inovações tecnológicas põem em marcha uma série de reações que passam a reproduzir-se ad infinitum [...] Desta forma, por mais*

As contribuições de Celso Furtado para a teoria da mudança social no Brasil  
Maria José de Rezende

---

<sup>6</sup> “Um modelo analítico é uma construção mental consistindo de um conjunto de elementos em inter-relação, estando precisamente definidos tanto os elementos como suas inter-relações” (HAGEN in FURTADO, 1964: 20; HAGEN, 1962: 505).

*que tenhamos avançado na construção de modelos, cabe reconhecer que sempre partimos para sua construção de algumas hipóteses intuitivas sobre o comportamento do processo histórico como um todo. E a mais geral dessas hipóteses é a que nos proporciona a dialética, pela qual o processo histórico é aquilo que necessariamente se encontra em desenvolvimento. A idéia de desenvolvimento surge como uma hipótese ordenadora do processo histórico – como ‘síntese de várias determinações, unidade da multiplicidade’, na expressão de Marx – a partir da qual é possível realizar um esforço eficaz de identificação de relações entre fatores e de seleção desses fatores com vistas à reconstrução desse processo através do método analítico (FURTADO, 1964: 22).*

O diálogo de Celso Furtado com Myrdal e com Marx foi extremamente frutífero na construção de teorizações acerca da mudança social. Ele apontava os avanços e não-avanços dessas perspectivas em relação à questão específica do subdesenvolvimento. Ou seja, se a teoria de Marx fosse empregada com a finalidade de compreender as economias periféricas quais seriam as possibilidades de que ela viesse a dar conta de tal questão?

Ele alertava que o modo de Marx agrupar

*[...] os elementos que compõem a estrutura social em infra-estruturais (relacionados com o processo produtivo) e superestruturais (valores ideológicos), teve extraordinária importância como ponto de partida para o estudo da dinâmica social (FURTADO, 1964: 23).*

Todavia, o modelo de análise proposto por Marx era extremamente generalizante para pensar a mudança social. Isso porque para Furtado, era necessário construir um modelo de análise que conseguisse apreender as ações dos diversos grupos sociais na construção de uma dada dinâmica social. Modelos generalizantes e abstratos impediam a compreensão de como se processavam os avanços, os recuos, os jogos de interesses e suas redefinições em vista de fatores econômicos, políticos e sociais singulares.

O cientista social no estudo da mudança poderia selecionar um fator básico, nos moldes defendidos por Myrdal, mas não tomá-lo como determinante. Há em sua discussão uma influência de Max Weber sobre a necessidade de que a análise do subdesenvolvimento tivesse como pressuposto que os fatores que levam à mudança ou à não-mudança poderiam ser situados tanto na condição de condicionantes como na de condicionados. Ele rejeitava, então, toda e qualquer relação de determinação. Isso tinha por finalidade evitar generalizações. Um determinado fator, por exemplo, pode ter, em determinadas circunstâncias, um papel condicionante, e, em outras, condicionado. O fator cultural, no que diz respeito essencialmente à cultura política brasileira, pode ser, em razão do modo como a análise se processa, tanto um fator condicionante como um fator condicionado, nesse processo de superação do subdesenvolvimento.

A construção de uma teoria da mudança social que tenha como problema central a superação do subdesenvolvimento é um desafio de grande monta em razão da necessidade de apreender as múltiplas variáveis constituintes do mesmo. É preciso ter em vista também que tais variáveis vão mudando no decorrer do próprio processo social que vai redefinindo as condições e as especificidades das nações periféricas. Os motivos endógenos e exógenos vão exigindo a introdução de novas e múltiplas variáveis para a análise da dinâmica tanto do próprio sistema capitalista no Brasil, quanto das ações políticas dos diversos grupos sociais.

A essencialidade da teoria da mudança social que Celso Furtado estava construindo tem que ser pensada sob três aspectos, basicamente. Num primeiro, como ele revigorava o conceito hegeliano de movimento histórico dotado de sentido. Num segundo, como ele ao fazer isso tecia uma crítica ao evolucionismo e ao neo-evolucionismo. E em um terceiro, como essa crítica ao evolucionismo o levava a criticar as teses que atestavam ter havido uma direcionalidade progressiva contínua na história da humanidade. Isso o aproximava muito mais de Weber do que das teses essencialmente direcionais. Já que este último combinava uma perspectiva cíclica com uma perspectiva linear da mudança. Conforme

afirmam E. Etzioni e A. Etzioni, a teoria da mudança social de Weber teria duas faces em razão de combinar uma “teoria cíclica do desenvolvimento social com uma teoria linear do desenvolvimento da cultura” (ETZIONI e ETZIONI, 1968: 14).

Na obra *A fantasia organizada*, Celso Furtado polemiza com as concepções da história (positivismo, evolucionismo, marxismo) que se assentam em perspectivas determinadamente direcionais. Discutindo as modificações pelas quais passou a humanidade ele procurava rejeitar a tese da incondicionalidade do progresso. Desde os primórdios do desenvolvimento humano, o progresso pode ter convivido com o declínio e vice-versa. Ele dava como exemplo a sociedade medieval que era tida como um avanço em relação à sociedade escravista da antiguidade. Em relação ao comércio, o feudalismo teria representado um declínio pelo fato de que ocorreu o seu fechamento. Instauravam-se, assim, vários declínios: das cidades, do consumo urbano, etc. Furtado dava relevo a sua filiação a Max Weber ao afirmar que evoluções e involuções caminharam sempre juntas. Não havia, desse modo, linearidades progressivas e/ou direcionalidades incontestes.

Há, então, em seus escritos um diálogo essencialmente crítico com as perspectivas unilineares. Há uma recusa até mesmo do neo-evolucionismo que numa perspectiva multilinear reestruturava as pressuposições deterministas do evolucionismo de Spencer, de Morgan, de Tönnies, de Veblen, etc.. Essa reestruturação significou o abandono do determinismo em favor de uma abordagem mais probabilística à medida que os novos evolucionistas (Parsons, Smelser, Eisenstadt, Leslie White, Steward, Sahlins) – que se firmam a partir da década de 1950 – dão prevalência ao elemento cultural ao refletir sobre a mudança social (REZENDE, 2002).

Em quais aspectos torna-se visível uma discussão de Celso Furtado com as abordagens neo-evolucionistas? Na obra *As aventuras de um economista brasileiro*, ele afirma ter entrado em contato desde muito cedo com as teorias norte-americanas, em especial, com as discussões da Antropologia e da Sociologia (FURTADO, 1997c: 16)<sup>7</sup>. Suas reflexões acerca do desenvolvimento econômico

---

<sup>7</sup> Celso Furtado afirma que entrou pela primeira vez em contato com a teoria social norte-americana através da obra de Gilberto Freyre. Segundo ele, a obra *Casa Grande & Senzala* (1996) teria exercido um papel significativo em sua formação em razão de “sua mensagem substantiva, isto é, no que se refere à interpretação do processo histórico brasileiro. Sua importância esteve em que nos revelou todo um instrumental novo de trabalho” (FURTADO, 1997c: 16).

no processo de mudança cultural, as quais formam o segundo capítulo do livro *Dialética do desenvolvimento*, dialogavam implicitamente com diversos pensadores norte-americanos acerca da mudança social. Entre eles, são visíveis os elementos que indicam diálogos com as questões levantadas por Julian Steward, Marshall Sahlins, Ellman Service, etc..

Grosso modo, pode-se dizer que as análises de Celso Furtado em muitos momentos criticavam as discussões desenvolvimentistas que supunham que todas as sociedades passavam pelas mesmas etapas. As pressuposições básicas nos estudos da antropologia e da sociologia norte-americanas definidas como teorias desenvolvimentistas – Steward (1979), Sahlins e Service (1960) dentre outros – sustentavam principalmente que:

[...] *certas etapas de desenvolvimento têm de ser alcançadas pela sociedade humana, como um todo, antes que sejam atingidas. [...] Algumas etapas tem mais probabilidades de preceder outras, por ser mais facilmente atingidas. [...] É uma ocorrência mais provável. A limitação da forma provável de desenvolvimento está fadada a ser maior nas sociedades muito simples; quanto mais baixo o nível da tecnologia, maior a influência do ambiente físico sobre a estrutura social, e quanto mais simples a estrutura social, mais estreito o âmbito de desenvolvimentos que podem ocorrer dentro dela* (COHEN, 1976: 230-1).

Esses elementos constituem um pano de fundo das discussões feitas no capítulo II do livro *Dialética do desenvolvimento*.

Celso Furtado lançava mão das discussões sociológicas e antropológicas norte-americanas para marcar as especificidades da teoria da mudança que tratava a cultura como um sistema e, assim, abria várias possibilidades para a reflexão dos ritmos distintos das modificações sociais que possuem “origem endógena na cultura” ou aquelas que se constituem a partir de “empréstimos de outras culturas” (FURTADO, 1964: 26). Esses tipos de mudança, ou seja, as denominadas culturais, por alterar o sistema de valores sociais levam, diz Furtado, a múltiplas reações. Mas o encadeamento de

tais reações é singularmente marcado por modificações que atingem diferentemente os vários aspectos da vida social.

No caso das mudanças tecnológicas, ou seja, aquelas que levavam a mudanças na cultura material, elas tenderiam a uma reação em cadeia que atingiria a todo o sistema de valores sociais.

*As inovações tecnológicas, que são a essência do desenvolvimento econômico, não provocam apenas modificações na estrutura do sistema de produção. Põem em movimento, conforme indicamos, uma cadeia de reações decorrentes da interdependência que existe entre os elementos básicos de toda cultura. Assim, as mudanças na estrutura econômica tendem a acarretar modificações em toda estrutura social, o que decorre não como uma causação simples, mas em função de determinadas condições históricas. Nas economias chamadas subdesenvolvidas, esse processo de ajustamento da estrutura social ao fluxo de mudanças decorrentes da assimilação de uma nova tecnologia apresenta uma série de peculiaridades que o distinguem do modelo corrente do desenvolvimento capitalista (FURTADO, 1964: 32).*

---

<sup>8</sup> “A evolução sociocultural, tal como a evolução orgânica, se deu por meio de variações e diferenciações progressistas, das formas simples às mais complexas” (PARSONS, 1969: 9).

As reflexões de Celso Furtado estavam, portanto, dialogando com a sociologia e a antropologia norte-americanas (Leslie White, J. Steward, Sahlins, Parsons<sup>8</sup>, dentre outros) da década de 1950 acerca da impossibilidade de criar uma lei geral e explicativa para todos os países (desenvolvidos e subdesenvolvidos) no que tange ao modo das mudanças tecnológicas se processarem. Leslie White, em *The science of culture* (1949) e em *The evolution of culture* (1959), considerava que havia supremacia absoluta do papel do sistema tecnológico na geração das mudanças. “Ficando a organização política, a estrutura normativa, os sistemas de conhecimento e as ideologias com funções secundárias ou derivadas” (SZTOMPKA, 1998: 203).

Posição como essa estaria supondo, em meados do século XX, a vigência de uma ordem social geral orientadora das mudanças sociais. No caso seria a ordem ocidental capitalista. Prevalece um caráter generalista visto que os ritmos, os direcionamentos e os

significados das mudanças sociais obedeceriam a uma lógica pré-determinada. Essa perspectiva neo-evolucionista não supunha uma unilinearidade, mas sim uma multilinearidade dos processos de mudança, o que significava que nas diversas áreas da vida social, econômica, política e cultural, o cientista social deveria buscar elementos indicadores de uma multiplicidade de elementos em mudança. Reproduzia-se, assim, de forma distinta – já que não focaliza a sociedade humana como um todo e sim “civilizações, culturas e sociedades específicas” (SZTOMPKA, 1998: 202) – a tese evolucionista de que há um modo determinado de as mudanças sociais ocorrerem nas sociedades modernas ocidentais. Em síntese, os escritos de White, Steward, Sahlins, Service, Parsons, etc., enfatizavam que a economia capitalista desenvolvida seria a referência básica para os cientistas sociais pensarem as mudanças sociais no século XX.

Celso Furtado opunha-se a essas teorizações que supunham haver uma rigidez unilinear ou multilinear nas explicações da mudança em sociedades distintas. As especificidades dos países desenvolvidos e as dos subdesenvolvidos tinham que ser levadas em consideração. Em oposição aos determinismos de uma parte expressiva das Ciências Sociais contemporâneas, ele fazia a seguinte afirmação:

*Nas atuais economias subdesenvolvidas – isto é, naquelas economias que absorvem uma nova tecnologia quase totalmente por empréstimo – a adaptação das estruturas sociais torna-se problema muito mais complexo. A penetração da nova tecnologia no sistema produtivo, ao desorganizar uma faixa da economia artesanal preexistente, cria de imediato um problema de excedente de mão-de-obra sem viabilidade de absorção. Esse excedente reflui para formas artesanais de economia de subsistência, criando uma dualidade dentro do sistema econômico que condicionará todo o processo social subsequente. O dualismo da estrutura econômica reflete-se, por um lado, em uma distribuição extremamente desigual da renda e, por outro, numa demanda de bens finais pouco vigorosa. Com efeito, a apropriação do excedente pelos grupos dirigentes não encontra resistência nos*

*trabalhadores, cuja consciência de classe só lentamente se define, em razão do amplo subemprego estrutural engendrado por aquele dualismo. Essa ausência de vigor da classe assalariada também é fator de entorpecimento da formação do mercado interno. Desta forma, o excedente em mãos da classe dirigente tende a originar formas de consumo suntuário ou a filtrar-se para investimentos no exterior (FURTADO, 1964: 33).*

Celso Furtado desempenha, então, um papel essencial na formulação de uma teoria social da mudança ao tomar “o subdesenvolvimento como fenômeno específico” (GOLDTHORPE, 1977: 221) e dotado de uma dinamicidade própria. Não sendo somente uma etapa “na formação de modernas economias capitalistas” (*Id. Ibid.*), o subdesenvolvimento não pode ser tomado – como queriam os neo-evolucionistas – como uma condição econômica e cultural voltada para a criação de mecanismos que levassem os países latino-americanos a trilhar os caminhos que viessem a reproduzir, no âmbito do desenvolvimento industrial, as mesmas fases dos países desenvolvidos.

A teoria da mudança social de Celso Furtado recusava inteiramente toda reflexão que fizesse perder de vista as características singulares do processo de modificação social dos países subdesenvolvidos. A ênfase nessa singularidade não supõe, porém, que as nações subdesenvolvidas deveriam ser focalizadas de modo isolado, desconectado dos demais países em condições distintas e semelhantes. Isso porque a caracterização do subdesenvolvimento advém exatamente da coexistência entre nações em condições distintas de desenvolvimento.

*Historicamente, isso ocorreu como resultado da expansão da economia industrial européia para regiões já habitadas, com a criação de “estruturas híbridas, em parte tendendo para comportar-se como um sistema capitalista, em parte perpetuando as características do sistema previamente” existente (GOLDTHORPE, 1977: 221; FURTADO, 1961).*

No que tange às questões das inovações tecnológicas e de seus papéis sobre as mudanças culturais ficava evidenciado que Furtado estava se ocupando em discutir as teses que supunham que as inovações técnicas faziam fluir naturalmente as inovações culturais, os valores. Ele recusava uma perspectiva determinista que se assentava na idéia de que os ritmos de mudança material introduziriam ritmos idênticos nas mudanças culturais. Ele rechaçaria ou não uma afirmação como essa do cientista social norte-americano G. Lenski?

*O avanço tecnológico é a determinante maior da constelação de tendências globais – de população, língua, estrutura social e ideologia – que define os contornos básicos da história humana (LENSKI e LENSKI, 1974: 110).*

Furtado rejeitava não a idéia de que as inovações tecnológicas teriam papel essencial no condicionamento da mudança social, mas sim a idéia de que, independente do momento histórico e da sociedade, havia uma subordinação absoluta de toda mudança, inclusive a cultural, às condições de modificações técnicas. Furtado afirmava que o modelo de explicação que atesta que “as rápidas modificações tecnológicas no processo produtivo” repercutem

*nos demais elementos básicos da cultura tem sua validade historicamente condicionada. Sua formulação assenta no estudo das economias capitalistas, cuja industrialização teve início no século XIX. Nas economias capitalistas de industrialização posterior (fenômeno atual do subdesenvolvimento), um processo de rápida mudança na cultura não material teve muitas vezes um papel determinante (FURTADO, 1964: 28).*

Desse modo ele considerava que nas economias periféricas as inovações tecnológicas geradas em outras regiões eram absorvidas de modo a introduzir mudanças em atitudes, hábitos e expectativas. As mudanças culturais exerceriam um papel essencial na mudança social em geral.

Alertava ele que os ritmos, os fluxos, os processos de mudança se distinguiam nas diversas sociedades. Os sentidos das peculiaridades da mudança nas sociedades periféricas tinham que ser apreendidos numa lógica própria originária das especificidades de um processo baseado na assimilação de tecnologias vindas de outras sociedades. No âmbito econômico, revelam-se entraves em vista da dependência tecnológica e, no âmbito político, são múltiplos os entraves institucionais que teriam que ser combatidos. Tais questões já encaminhariam o processo de mudança social na periferia para uma lógica própria e não para um simples processo de repetição dos caminhos trilhados pelos países desenvolvidos. Não há, então, como advogavam os evolucionistas e os neo-evolucionistas unilinearidade e/ou multilinearidade idênticas no que diz respeito a todos os processos sociais.

As várias crises, resistências e conflitos que se abrem em cada sociedade em vista dos processos de mudança social pautados na industrialização e na urbanização devem ser analisados por causa da particularidade das ações desencadeadas pelos diversos grupos sociais que ganham e/ou ampliam seus espaços na arena política. Os embates que se abrem entre eles expressam especificidades econômicas, políticas e culturais que só podem ser entendidas através da análise aprofundada dos conflitos sociais desencadeados em toda situação de mudança. O modo de os grupos e indivíduos procederem indica se as respostas às pressões serão através de ações violentas, persuasivas ou conciliadoras.

Celso Furtado referia-se a essas questões para indicar toda complexidade que envolvia a compreensão dos processos de mudança social nas diversas sociedades. No caso das sociedades subdesenvolvidas, ele destacava que o temor em torno da luta de classes era, na verdade, um temor quanto à própria mudança. Aquelas últimas eram essenciais para o desenvolvimento econômico e político de uma sociedade. Os grupos que se batiam contra as mudanças – (os latifundiários, por exemplo) – expressavam tensões vindas não das lutas de classes, mas de suas incapacidades de lidar com as mudanças que se estabeleciam. A reação fundada na intransigência

e na violência expressava uma tentativa de não permitir o florescimento da luta de classes no país. Isso era feito através de uma resistência à mudança que se vai transformando em ação política decididamente conservadora.

As contribuições de Celso Furtado para a teoria da mudança social no Brasil  
Maria José de Rezende

## **2. Uma teoria da mudança social fundada nas especificidades das instituições políticas e das lutas de classes**

Em *A fantasia organizada* e em *A fantasia desfeita*, Celso Furtado destacava que as ações dos indivíduos no âmbito das relações sociais são essenciais para compreender todo e qualquer processo de mudança. A ação, os valores e as motivações tinham que ser amplamente estudados se houvesse a intenção de construir uma teoria da mudança social. Sua discussão acerca das lutas de classes que se estabeleciam no Brasil naquele momento assentava-se num diálogo fértil com a teoria weberiana das classes e de suas lutas. Isso permitia-lhe afirmar que não era nenhuma novidade que existisse luta de classes no Brasil, mas era preciso tomá-la na sua dimensão exata, ou seja, entender, de fato, o seu significado. Essa sua observação objetivava demonstrar para os grupos de direita e de esquerda que o processo de expansão da luta de classes significava não necessariamente, em vista das condições vigentes no país, um processo de eliminação da sociedade capitalista.

A luta de classes é, apontada por ele, como essencial e necessária para redefinir a sociedade brasileira, ou seja, fazê-la caminhar no sentido da modernização industrial e da democracia. Isso porque a luta de classes expressava a transferência de poder para aqueles grupos sociais que tinham um peso relevante no sistema de produção centrado nas atividades urbanas (FURTADO, 1997b: 286). Gerava um verdadeiro desespero nos setores conservadores de direita a emergência e a redefinição do embate político entre as novas forças sociais oriundas da sociedade urbano-industrial que se sedimentava a partir de 1930. Aquilo que os militares e os empresários viam como uma ameaça à ordem social era, na verdade, o fermento de um processo de mudança que tomava forma na década de 1950 e início da de 1960.

A publicização de interesses antagônicos e de formas diversas de luta de classes era condição essencial, afirma Celso Furtado em *A fantasia desfeita* (1997d), para que o país caminhasse em direção a um padrão de organização social redefinido em termos de avanços sucessivos no que tange a um desenvolvimento voltado para os interesses de toda nação. Ele argumenta que os conflitos sociais são fundamentais “para a inovação e a difusão de novos valores em uma cultura” (FURTADO, 1997d: 281). A institucionalização dos conflitos (o direito de greve, por exemplo) tinha que ser vista como um significativo avanço político que ocorreu nas sociedades modernas. Não havia, então, cabimento o pavor visível em alguns setores brasileiros (empresariais, militares, profissionais liberais, etc.) acerca das manifestações que ganhavam corpo na sociedade brasileira no período pré-1964.

O rechaçamento das lutas e conflitos que despontavam na arena política era, na realidade, uma recusa à democracia. Uma sociedade democrática caracteriza-se justamente pela possibilidade de que as diversas forças sociais se enfrentem continuamente. Ou seja, sem serem interpeladas por forças repressoras que se empenham em minar todo e qualquer conflito entre os múltiplos interesses constituintes da vida em sociedade. No caso do Brasil, as lutas por reformas de base nas décadas de 1950 e 1960 expressavam a busca de melhorias sociais. Mesmo tendo esse caráter reformista, elas eram tidas, pelos setores autoritários e conservadores, como ameaçadoras à ordem social, já que questionavam os fundamentos oligárquicos da exclusão social e política prevalecente.

Celso Furtado afirmava que os antagonismos de interesses, ou seja, os conflitos, deveriam ser encarados como essencial tanto para a consecução de um desenvolvimento social, como também para a geração de um quadro de instituições políticas flexíveis nas quais as diversas classes sociais confiassem. Isso era essencial para a sedimentação de um regime democrático no país. Em seu entender, a apreensão de diversos setores (empresariais, intelectuais, militares, religiosos, etc.) com o modo de processamento da vida social brasileira a partir da década de 1930 devia-se ao fato de que pela primeira vez na história do país os conflitos entre interesses antagônicos ga-

nhavam uma maior dimensionalidade. Isso causava um absoluto desconforto em decorrência do processo de urbanização e de industrialização que produzia uma reconfiguração social potencializadora de pressões cada vez mais acentuadas sobre as instituições políticas. O marco institucional passava a ser redesenhado. Todavia, esse novo esboço que se delineava não significava uma redefinição geral das instituições políticas brasileiras, já que

*[...] o regime federativo, que prevaleceu nas várias constituições promulgadas ou outorgadas entre 1934 e 1966, permitiu sempre que o controle do parlamento permanecesse em mãos dos grupos oligárquicos. As grandes massas analfabetas das zonas rurais, representadas indiretamente pelo pequeno número de eleitores a serviço da oligarquia nessas mesmas zonas, garantem a estabilidade de uma maioria parlamentar a serviço dos grupos tradicionalistas. Em razão disso, o processo político é efetivamente aberto apenas nas zonas urbanas das áreas mais desenvolvidas (FURTADO, 1979: 10).*

Eram evidentes os efeitos da emergência das massas urbanas sobre o processo político. Tais efeitos são dotados de uma multiplicidade de sentidos e significados. Para Celso Furtado, ao mesmo tempo em que florescem laços paternalistas e populistas, florescem também a intensificação da politização das massas e uma crescente autonomia das mesmas diante das forças oligárquicas. Estaria em questão, então, no final da década de 1950 e início da de 1960 uma crescente pressão para que ocorresse uma modernização institucional. O próprio jogo político é que favorecia essa modernização. Tinha-se, assim, naquele momento a possibilidade de que as instituições fossem flexibilizadas. Isso levaria os diversos setores sociais a participarem da reestruturação social e política brasileira. O golpe de 1964 significou, portanto, a interrupção desse processo.

*A ditadura militar, ao destruir pela raiz toda atividade política autêntica, foi particularmente daninha no Nordeste, interrompendo um processo de mudança social que circunstâncias muito particulares haviam permitido florescer (FURTADO, 1997d: 35).*

---

<sup>9</sup> “Em trabalhos dos começos dos anos 70, chamamos de modernização a essa forma de assimilação do progresso técnico quase exclusivamente no plano do estilo de vida, com fraca contrapartida no que respeita à transformação do sistema de produção” (FURTADO, 1992: 41).

<sup>10</sup> A Operação Nordeste foi estabelecida em 1958 pelo governo Juscelino Kubitschek. Celso Furtado foi nomeado coordenador das atividades naquela região.

<sup>11</sup> “Não fui outra coisa na vida senão um intelectual, mas sempre consciente de que os problemas maiores da sociedade exigem um compromisso com a ação. [...] Nós, intelectuais, agimos porque temos um projeto que nos obriga a explicitar nossos propósitos últimos” (FURTADO in GAUDÊNCIO e FORMIGA, 1995: 39). Sobre pensamento e ação ver também: FURTADO, 2003.

Os avanços sociais e políticos do país teriam sido interrompidos (FURTADO, 1992; 1997d; 1979) pelo rechaçamento dos antagonismos de classes e de suas lutas. “Sendo o desenvolvimento a expressão da capacidade para criar soluções originais aos problemas específicos de uma sociedade, o autoritarismo, ao bloquear os processos sociais em que se alimenta essa criatividade, frustra o verdadeiro desenvolvimento” (FURTADO, 1978: 71). Esse último requer uma inventividade que tem de se alimentar continuamente nos embates, nos conflitos e nos antagonismos. Ao tentar anular esses últimos os setores dirigentes do pós-1964 freavam o desenvolvimento social e político. A modernização conservadora, a qual Furtado tematiza nos seus textos da década de 1970<sup>9</sup> (1978; 1972; 1974) teria significado a canalização de todos os esforços rumo a um crescimento econômico inteiramente excludente. Ele descreveu esse processo em *A nova estratégia de desenvolvimento*, um subitem do texto *Análise do ‘modelo’ brasileiro*, de 1972.

No livro *A fantasia desfeita*, Celso Furtado tece uma discussão sobre o papel essencial das lutas de classes no processo de constituição de sociedades democráticas. Era com base nessa convicção que ele teria agido à frente da Operação Nordeste<sup>10</sup> e da Sudene (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste) defendendo as organizações camponesas no Nordeste, ou seja, sempre procurando demonstrar o papel fundamental desses movimentos no processo de transmutação da sociedade brasileira. A democracia opunha-se para ele à oligarquização do poder. No início da década de 1960, Celso Furtado considerava que os movimentos sociais dos anos 50 e 60 teriam, então, que participar junto a todas as forças progressistas na construção da “plenitude de direitos de cidadania” (FURTADO, 1997d: 35).

Dessa forma, ele opunha a política autêntica – a qual era construída pela ação, pela luta visando renovar os quadros políticos, vencer o atraso político e abrir espaços por onde deveria fluir uma outra forma de conceber a vida social brasileira – à política inautêntica, ou seja, aquela voltada para manutenção do padrão de organização social e de domínio prevalecentes. Através de seu pensamento e de sua ação<sup>11</sup>, Celso Furtado empenhava-se em demons-

trar, antes do golpe militar de 1964, que sob as condições de subdesenvolvimento havia uma dificuldade dos setores dirigentes em compreender as posições dos diversos setores sociais no sistema de forças prevaletentes. Isso levava os setores preponderantes a refutarem todas as manifestações que compunham a política autêntica, a qual estaria pautada na publicização dos interesses múltiplos e constituidores da sociedade brasileira.

A oligarquia empenhava-se para banir a modernização institucional de seus horizontes e acabava desse modo agindo como uma “força de resistência à mudança” (FURTADO, 1997d: 288). Rechaçando a pressão que os movimentos por reformas de base faziam sobre a ordem institucional prevaletente, os setores oligárquicos tanto punham em relevo como era atrasado o seu modo de atuação na arena política quanto deixavam às claras as heterogeneidades da classe dirigente e também a incapacidade dessa última em formular um projeto nacional de desenvolvimento<sup>12</sup>. Em vista desse contexto vigente nos dias que antecederam o golpe de 1964 é que Celso Furtado, como presidente da Sudene, afirmava:

*Se é fundamental manter o regime democrático para a ação das classes assalariadas urbanas, não o é menos estender esse regime político à imensa massa camponesa. Essa ampliação das bases políticas é essencial para que tome seu rumo definitivo, com custo mínimo para a sociedade, o processo de transformações sociais requerido pelo desenvolvimento* (FURTADO, 1997d: 289).

Em janeiro de 1964, ao publicar a obra *Dialética do desenvolvimento*, Celso Furtado deixava evidente que possuía uma intuição – apesar de não ter feito qualquer premonição acerca da possibilidade do golpe ocorrer – de que o processo político em curso poderia ter como desfecho a supressão das ligas camponesas e de todas as outras organizações da sociedade civil que floresciam naquele momento. Ele argumentava que, caso isso se concretizasse, conforme realmente ocorreu alguns meses depois, dar-se-ia uma involução, já que os espaços abertos pelas massas populares seri-

As contribuições de Celso Furtado para a teoria da mudança social no Brasil  
Maria José de Rezende

---

<sup>12</sup> “A urbanização, que se intensificou com a industrialização, facilitou o contato de líderes políticos com as massas, criando a possibilidade de uma fonte de poder independente das bases tradicionais. O período compreendido entre 1930 e 1964 está marcado pela ascensão paralela do grupo industrial e do poder ‘populista’. Que os militares hajam arbitrado em favor do primeiro compreende-se facilmente, pois a hegemonia do grupo industrial representava a opção centralizadora e autoritária” (FURTADO, 1972: 34).

am fechados. Celso Furtado parecia, no entanto, significativamente confiante na possibilidade de que os espaços políticos até então construídos não fossem eliminados. Ele se empenhava em mostrar, no início da década de 1960, que os alardes que os setores conservadores vinham fazendo, quanto ao avanço das reivindicações populares, expressavam uma incompreensão total do processo histórico, porquanto aquelas seriam essenciais ao próprio processo de mudança social em andamento.

Os equívocos quanto aos movimentos populares, suas potencialidades e seus papéis, não vinham, porém, somente dos setores conservadores, vinham também da esquerda, dizia Furtado. Essa última tentava incutir nas organizações que floresciam na sociedade civil um direcionamento que também negava a construção de uma sociedade e de um Estado democráticos. A democracia não estava no horizonte daqueles que viam a necessidade de instrumentalizar os movimentos sociais para uma luta contra o Estado. Em 1964, Furtado insistia na necessidade de refutar todo e qualquer regime autoritário, estivesse ele em defesa do capitalismo ou do comunismo. Qualquer tipo de ditadura (de esquerda ou de direita) seria catastrófico ao país. Por isso era necessário que todas as forças progressistas se empenhassem na defesa da democracia, a qual tinha como fundamento a luta de classes como condição essencial do desenvolvimento social e inclusivo.

Defender a democracia não significava, como advogavam tanto setores da direita quanto da esquerda, a refutação da luta de classes. Essa última era a própria essencialidade da democracia, a sua condição de sobrevivência. Evidentemente, que essa discussão de Furtado tem que ser vista à luz dos primeiros anos da década de 1960 em que se vislumbrava uma crescente movimentação dos setores conservadores e autoritários para estancar os movimentos sociais que marcavam presença cada vez mais expressiva na arena política daquele momento. A obra *Dialética do desenvolvimento* criticava também as organizações de esquerda que trabalhavam para desacreditar a democracia e o Estado. Os equívocos vinham de ambos os lados e os maiores perdedores, caso houvesse uma radicalização autoritária, seriam os movimentos organizados que

estavam pressionando para redefinir os marcos institucionais. Em *Entre inconformismo e reformismo*, texto escrito em 1987, ele afirma que a condição essencial para a sustentação de um Estado e de uma sociedade democráticos era a ampliação de canais de expressão dos conflitos, dos antagonismos de interesses. Segundo ele, a história se deu de modo oposto, ou seja, a partir de 1964, fecharam-se os canais de expressão política por duas décadas, “o que conduziu a um considerável acúmulo de problemas no plano social” (FURTADO, 1997: 38).

### 3. Considerações finais: Celso Furtado e a mudança social hoje

As reflexões de Celso Furtado sobre a crise econômica contemporânea<sup>13</sup>, a globalização, o Estado nacional, as desigualdades sociais, o papel da ciência, a pobreza, o consumo supérfluo, a expansão capitalista, as novas formas de colonialismo, entre outras, revelam a sua percepção acerca do processo histórico e, por conseguinte, da mudança social. São vários os artigos e livros de Celso Furtado que tratam dessa questão. Entre eles podem-se citar: *Em busca de novo modelo* (2002); *O desafio do futuro* (1998a); *O capitalismo global* (1998b), *Seca e poder* (1998); *Prefácio a nova economia política* (1997e), *O longo amanhecer* (1999); *Cultura e desenvolvimento* (1995); *A responsabilidade do cientista* (2003); etc.

Tomando como ponto de partida o livro *O longo amanhecer*, verifica-se que Celso Furtado recusa as perspectivas de mudança pautadas na convicção de que os pontos de partida e de chegada, bem como os ritmos, são idênticos para os diversos povos, países e culturas. Transparece então em suas análises que tanto a perspectiva unilinear quanto a multilinear – em suas vertentes clássicas (Comte, Spencer, Morgan, Tönnies) e contemporâneas (Ward, Parsons, Smelser, Eisenstadt, White, Steward) que advogam um modelo de processamento da história numa seqüência rígida e num ritmo reafirmador do padrão de mudança dos países capitalistas desenvolvidos – continuam sendo insuficientes para apreender os significados econômicos e políticos dos processos sociais atuais.

As contribuições de Celso Furtado para a teoria da mudança social no Brasil  
Maria José de Rezende

---

<sup>13</sup> Em 1999, Celso Furtado afirmava que o “país teria de mudar sua política econômica. [...] A orientação básica deveria ser a criação de excedentes de exportação. Mas, como os preços internacionais estão muito baixos, o país teria de fazer um esforço excessivo. A crise é mundial. O país foi levado a aceitar riscos muito sérios. Eu escolheria uma política de desenvolvimento, em vez de uma política de recessão escolhida com o aval do FMI, que aumentou os juros, parou os investimentos produtivos, incentivou os especulativos e fechou postos de trabalho” (FURTADO, 1999: 12).

As mudanças sociais e políticas são demonstradas, por ele, como construções ao longo do século republicano. As modificações sociais são examinadas com base nesse caráter longo. Há, porém, na atualidade, uma discussão fundamental de Furtado acerca dos ritmos de mudança e de suas especificidades, os quais são tomados como expressão de um processo histórico aberto. Não há pontos de partida e de chegada previamente determinados. As ações sociais é que vão produzindo, controlando, destruindo, reinventando, reelaborando os processos de mudança. Esse seu modo de pensar as condições atuais encontra-se filiado à perspectiva weberiana de que não há uma ação conclusiva, definitiva. Toda ação demanda outras ações que se vão desdobrando e redefinindo constantemente o modo de processar as transmutações.

As ações dos dirigentes para inserir o país no processo de modernização nos anos 70 e no de globalização nos anos 90, do século XX, revelam mais que um modo de agir econômico, trazem à tona um modo de agir político assentado na indiferença com a necessidade de constituição de um projeto de nação baseado na inclusão. Daí o consumo supérfluo, a não-aplicação dos excedentes em atividades produtivas e geradoras de empregos, o não-aumento da produtividade, a não-reversão da concentração de renda e da exclusão social.

O dado mais interessante é que, como afirma Furtado, mesmo nessas condições os setores preponderantes se sentem incluídos no processo de modernização globalizante atual, o que somente se explica em razão de uma postura política equivocadamente voltada para os interesses restritos de alguns grupos e não para os interesses nacionais. Compreender essa maneira de agir dos setores preponderantes constitui a base de toda a reflexão de Celso Furtado sobre a era atual e suas implicações para o devir. Os efeitos sociais e políticos das ações dos setores preponderantes foram-se encadeando, ao longo dos últimos anos, equívocos e impossibilidades quanto “à reconstrução do Brasil” (1999; 1999a; 1992; 1997e; 1998a; 1998b), a qual é tida por ele, conforme salientou Marilena Chauí em *Raízes do atraso* (2000), como possível a partir do enfrentamento do subdesenvolvimento, da pobreza, da desigualdade.

de social e do investimento “na promoção do bem-estar social (salários, terra, educação, saúde)” e da definição de uma

[...] *forma de inserção do país no processo de globalização, de maneira a conciliar globalização e criação de empregos, privilegiando o setor produtivo e o mercado interno na orientação dos investimentos* (CHAUÍ, 2000: 3).

Em entrevista publicada em 1998, intitulada *Seca e poder*, Celso Furtado chamava a atenção para o fato de que as possibilidades e impossibilidades de mudanças sociais no Brasil, ao longo de sua história, tinham que ser interpretadas como questões essencialmente políticas. As transformações pelas quais passou o país nas últimas três décadas seriam, de fato, substantivas se estivessem pautadas nos avanços no campo da ação política dos diversos atores sociais. O problema é que durante parte desses últimos 30 anos, a ditadura militar bloqueou a constituição de uma sociedade democrática fundada na publicização dos múltiplos interesses. Bloqueava-se, assim, a construção de um país soberano e com capacidade para formular projetos próprios de desenvolvimento social<sup>14</sup>.

Em *O longo amanhecer*, Celso Furtado afirma que a decisão política mais importante está na ordem do dia:

*Ou optar pela linha mais fácil de renunciar a um projeto próprio<sup>15</sup> ou lutar para abrir caminho no sentido de privilegiar o desenvolvimento do mercado interno<sup>16</sup>. Nessa segunda hipótese, o acesso à vanguarda tecnológica será mais custoso, mas o desenvolvimento será mais autogerido e as forças que apóiam mudanças sociais, mais participativas. Para os que adotam essa posição contestadora a história está longe de apresentar-se como concluída* (FURTADO, 1999: 24-5).

São crescentes as posições que insistem que não há mais a menor possibilidade de qualquer projeto próprio de desenvolvimento social na atualidade, que o Estado está definhando não tendo mais qualquer capacidade de ação e que os mercados se

As contribuições de Celso Furtado para a teoria da mudança social no Brasil  
Maria José de Rezende

---

<sup>14</sup> “O Brasil está crescendo 1%, menos que a população, que cresce quase 2%. Somos um país com uma grande massa de famintos e cuja construção foi interrompida” (FURTADO in CAMARGO e LOYOLA, 2002: 28).

<sup>15</sup> Em artigo de junho de 2003, Furtado argumentava que o acordo denominado de ALCA (Área Livre de Comércio das Américas) representaria para o Brasil uma perda de soberania porque o país terá que “renunciar a um projeto próprio de desenvolvimento, abdicar de uma política tecnológica independente e esfacelar o seu fragilizado sistema industrial” (FURTADO, 2003: 3).

<sup>16</sup> Em entrevista, de 2002, Celso Furtado afirma o seguinte: “A pobreza é a contrapartida da má distribuição de renda. Se você se limita a reproduzir um modelo de sociedade muito mais rica, concentra renda. O avanço da economia se dá com uma pressão muito grande das classes dirigentes, que têm prioridades. Quando importo automóveis ou coisas sofisticadas, concentro a renda no sistema de consumo” (FURTADO In CAMARGO e LOYOLA, 2002: 19).

---

<sup>17</sup> Ressalte-se que nem todas as perspectivas que destacam, na atualidade, o definhamento do Estado-nacional supõem a impossibilidade de gestação de formas de ação que se oponham à pura lógica do mercado. Na verdade, o definhamento do Estado-nacional pode abrir novos campos de lutas, os quais se constituem de modo cosmopolita por ter um raio de ação cada vez mais abrangente (BECK, 2003).

sobrepõem a tudo e a todos. Estaria ocorrendo, segundo elas, um processo de fechamento da possibilidade de reinvenção da vida social e política<sup>17</sup>. Celso Furtado tem demonstrado, nos últimos anos, que é necessário que todas as forças progressistas se empenhem em refutar tais posições. Se a história for tomada como um processo aberto é possível “conceber uma nova utopia” (FURTADO, 1995: 3), a qual deve estar pautada na certeza de que é possível construir caminhos que levem à reversão da miséria e da desigualdade.

Essa nova utopia tem de colocar o Estado e a institucionalização política como fundantes dessa possibilidade de reinvenção do padrão de domínio e de organização social. Para ele é uma bobagem essa idéia de que o Estado está desaparecendo. Na verdade, o que se faz necessário é

[...] *modificar a orientação da ação do Estado. A economia moderna depende essencialmente de uma ação adequada do Estado. O difícil é descobrir que ação seria a mais oportuna e necessária* (FURTADO in CAMARGO e LOYOLA, 2002: 32).

Nos países periféricos esse desafio é enorme em razão de várias fragilidades institucionais que se expressam nas ameaças constantes de caos social quando os grupos alijados da posição de poder adentram a arena política. No período de 1945 a 1964 a ação política do “povo na construção institucional do Brasil marcou-o definitivamente” (FURTADO, 2002a: 3).

A interrupção da ação política dos diversos grupos sociais também teria marcado absolutamente o país e o seu devir. Dela resulta, na atualidade, o atraso no sistema político vigente no país. Em 1999, ele argumentava que a efetivação de uma reforma fiscal condizente com as necessidades do país não ocorria porque o sistema político não estava sequer preparado para uma ação de tamanha monta. É visível em suas argumentações que Celso Furtado, nos últimos anos, tem chamado a atenção para um descompasso entre as exigências sociais e econômicas do momento atual e aquilo a que o sistema político brasileiro é capaz de

responder. Os caminhos e (des)caminhos da mudança, para ele, têm de ser pensados sempre em razão desse descompasso entre um sistema econômico e social cada vez mais complexo e um sistema político inconcluso no que se refere à capacidade de dar suporte institucional para a efetivação de projetos de interesses coletivos e nacionais<sup>18</sup>.

Celso Furtado tem procurado ultimamente dar relevo a sua posição de que mudanças estruturais são essencialmente políticas. Portanto, se não há evolução política, não há mudanças substanciais. Em entrevista em 1998, ele afirma que mudança na estrutura agrária é uma questão política (FURTADO, 1998: 66), ou seja, se a vida política no país não se transformar inteiramente não haverá modificações estruturais. Ele já afirmava no início da década de 1960, no “Projeto de manifesto das forças progressistas”, publicado no livro *A fantasia desfeita* que se o sistema político continuasse a girar em torno de interesses imediatos, personalistas, pessoais e clientelistas não haveria mudança possível no país. E o que ele compreendia, então, por avanços no sistema político? Em 1962 ele dizia que era indicador de evolução política o surgimento

[...] *de um parlamento com a responsabilidade de criar as bases institucionais que permitirão a plena expansão das forças que impulsionam o desenvolvimento nacional* (FURTADO, 1997d: 229).

Haveria, considera ele, avanço político necessário à efetivação de mudanças estruturais se os eleitores tivessem mais clareza sobre o que esperar de seus representantes tanto no Legislativo quanto no Executivo. Somente se a população souber exatamente o que esperar é que ela pode, de fato, exigir. Todavia, Furtado não supõe que tal discernimento no que esperar e no que exigir surja do nada. Os dirigentes políticos teriam uma ampla responsabilidade no processo de geração das condições, para que as expectativas e as exigências quanto à solução dos problemas nacionais fossem criadas e desenvolvidas. O parlamento, por exemplo,

As contribuições de Celso Furtado para a teoria da mudança social no Brasil  
Maria José de Rezende

---

<sup>18</sup> Esse descompasso mencionado por Celso Furtado na atualidade já era matéria de reflexão de Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil* (1987), na década de 1930. Outros intérpretes do Brasil também se ativeram, em momentos distintos, a essa questão, tais como Fernando de Azevedo (1962) e Manoel Bomfim (1931).

tem uma responsabilidade amplíssima na efetivação de bases democráticas para o florescimento de uma vida política que não estivesse confinada ao imobilismo, a constante reprodução da estagnação política e social.

Na atualidade, Celso Furtado considera que mudanças estruturais que levem o país a retomar sua construção interrompida em 1964 (FURTADO, 1999a; 1992) somente ocorrerão se houver ações capazes de reverter a concentração patrimonial e da renda, os atrasos no campo educacional e a descrença na possibilidade de formulação de um projeto de desenvolvimento econômico e social próprio. Evidentemente, tais ações devem ser pensadas no âmbito de um processo de globalização em andamento, no qual as condições de subdesenvolvimento continuam a existir e a demandar o enfrentamento dos problemas estruturais.

*A luta contra o subdesenvolvimento é um processo de construção de estruturas; portanto implica a existência de uma vontade política orientada por um projeto [...]. Se o Estado Nacional é o instrumento privilegiado para enfrentar problemas estruturais, cabe indagar como compatibilizá-lo com o processo de globalização. Pouca dúvida pode haver de que a globalização dos fluxos monetários e financeiros deve ser objeto de rigorosos constrangimentos, o que exige a preservação e o aperfeiçoamento das instituições estatais. Não se trata de restringir arbitrariamente a ação das empresas transnacionais, e sim de orientá-las no sentido de dar prioridade ao mercado nacional e à criação de empregos. Favorecer as tecnologias de ponta pode ser racional se o objetivo estratégico é abrir espaço no mercado externo. Mas, se o objetivo principal é alcançar bem-estar social, não tem fundamento investir em técnicas intensivas de capital e poupadoras de mão-de-obra, como se vem fazendo atualmente no Brasil (FURTADO, 1999a: 13).*

---

<sup>19</sup> Celso Furtado faz uma diferenciação importante entre a globalização dos sistemas produtivos e a globalização virtual dos fluxos financeiros e monetários. "A primeira globalização é processo antigo, decorrente da evolução tecnológica, enquanto a segunda ocorre principalmente em torno dos centros de poder que se estruturam no mundo desenvolvido, tendo como pólos os Estados Unidos, a Eurolândia e o Japão" (FURTADO, 1999a: 12).

Desse modo, a ação política dos dirigentes é que definirá como será a relação com a globalização em curso<sup>19</sup>. Há, então, uma convicção de que somente a junção de lideranças políticas imaginativas com uma forte vontade coletiva de mudança é que poderia

levar à construção do país em termos de avanços e conquistas que atingissem a todos indistintamente. Fica evidenciado em suas análises, tanto do período pré-1964 quanto do momento atual, que essa vontade coletiva é gerada pela ação dos movimentos sociais organizados. Em análise sobre o Movimento dos Sem-Terra, em 1998, publicada em *Seca e poder*, Celso Furtado insiste na importância de que as ações dessa natureza, organizadas pela sociedade civil, têm para o avanço político brasileiro. “A consciência pública brasileira evoluiu no sentido de compreender a importância de resolver o problema da estrutura agrária, graças aos sem-terra” (FURTADO, 1998: 29).

Para ele os movimentos sociais possuem, então, uma ampla possibilidade de desenvolver uma consciência pública acerca dos diversos problemas sociais. Isso é dotado de uma positividade significativa numa sociedade como a brasileira que tem grandes dificuldades de avanços políticos substantivos rumo à democratização. Ao colocar na ordem do dia questões atinentes ao desemprego, à falta de moradia, à possibilidade de voltar ao campo em vista da não criação de empregos urbanos, à exclusão educacional, etc., esses movimentos criados espontaneamente no interior da sociedade civil são construtores de processos de mudança que tendem a tensionar positividade à vida social, já que traz à tona caminhos, possibilidades e desejos de reconstrução do país por parte de alguns segmentos até então excluídos da arena decisória. Os efeitos políticos disso são significativos, pois produzem perspectivas de melhorias, de inovações que serão perseguidas, apesar de todas as resistências. A criação da vontade coletiva é algo a ser produzido no país<sup>20</sup>. Os movimentos sociais desempenham aí um papel essencial.

Celso Furtado alerta, no entanto, que para a efetivação de processos de mudanças gestados endogenamente não basta o desenvolvimento da percepção dos obstáculos a serem enfrentados. Não é, também, suficiente a geração de uma vontade coletiva. Nem mesmo é suficiente o refinamento da consciência e da sensibilidade pública. Fazem-se necessárias lideranças políticas imaginativas capazes de “conduzir as forças criativas para a reconstrução de estruturas avariadas e para a conquista de novos avanços na direção

As contribuições de Celso Furtado para a teoria da mudança social no Brasil  
Maria José de Rezende

---

<sup>20</sup> Manoel Bomfim, em 1905, afirmava que era necessário criar no país o próprio desejo de mudança. Até mesmo esse era ténue (BOMFIM, 1993).

de formas superiores de convivência social” (FURTADO, 2002: 33). Enfim, ele argumenta que a criatividade política não advém senão através das pressões da vontade coletiva. Reconstruir o sistema de decisões com a ampliação de uma participação democrática daquelas forças sociais que labutam para adentrar a arena política é pré-condição para lutar contra o emperramento político e econômico da sociedade brasileira. ■

**Abstract:** Celso Furtado contributed in a meaningful way to the construction of a theory of change in the Brazilian social sciences. He established innumerable dialogues with theses of unilinearity, multi-linearity, progressive directivity, historical cycles, and rupture-founded directivity. In this article, we start with the hypothesis that he refuted the theories founded on the conviction that the processes are either directive (linear or not) or cyclic. Following Max Weber, Celso Furtado insisted in combining linear and cyclic theories. His affiliation to the historical perspective, however, led him to a dialogue with various thinkers who are at the basis of such type of reflection, namely, Hegel, Marx and Mannheim.

**Key Words:** social change; development; underdevelopment.

## Referências Bibliográficas

- AZEVEDO, Fernando de. *A cidade e o campo na civilização industrial e outros ensaios*. São Paulo: Melhoramentos, 1962.
- BECK, Ulrich. *Liberdade ou capitalismo*. São Paulo: Unesp, 2003.
- BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação: realidade da soberania nacional*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931.
- CHAUÍ, Marilena. “Raízes do atraso” In: *Jornal de resenhas (Caderno Especial – p. 3 – Folha de S. Paulo*. São Paulo, 11 mar. 2000.
- CAMARGO, A e LOYOLA, M. A (orgs.) Celso Furtado: entrevista. Rio de Janeiro, UDUERJ, 2002.

COMTE, Auguste. *Cours de philosophie positive*. Paris: Schleicher Frères, 1934.

COHEN, Percy S. *Teoria social moderna*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70, 1999.

ETZIONI, Eva e ETZIONI, Amitai. *Los câmbios sociales: fuentes, typos e consecuencias*. México: Fondo de cultura económica, 1968.

FURTADO, Celso. "Entre inconformismo e reformismo" In: \_\_\_\_\_. *Obra autobiográfica*. São Paulo: Paz e Terra, 1997, pp. 9-40, T.III.

\_\_\_\_\_. "Os ares do mundo" In: \_\_\_\_\_. *Obra autobiográfica*. São Paulo: Paz e Terra, 1997a, pp. 41-390, Tomo III.

\_\_\_\_\_. "A fantasia organizada" In: \_\_\_\_\_. *Obra autobiográfica*. São Paulo: Paz e Terra, 1997b, pp. 87-359, Tomo I.

\_\_\_\_\_. "Aventuras de um economista brasileiro" In: \_\_\_\_\_. *Obra autobiográfica*. São Paulo: Paz e Terra, 1997c, pp. 9-26, Tomo II.

\_\_\_\_\_. "A fantasia desfeita" In: \_\_\_\_\_. *Obra autobiográfica*. São Paulo: Paz e Terra, 1997d, pp. 27-306, Tomo II.

\_\_\_\_\_. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

\_\_\_\_\_. *Subdesenvolvimento e Estado democrático*. Recife: Condepe, 1962.

\_\_\_\_\_. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962a.

\_\_\_\_\_. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

\_\_\_\_\_. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

\_\_\_\_\_. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Cia Nacional, 1967.

\_\_\_\_\_. *Um projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

\_\_\_\_\_. *A análise do "modelo" brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

- \_\_\_\_\_. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- \_\_\_\_\_. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- \_\_\_\_\_. “Brasil: da república oligárquica ao Estado militar” In: \_\_\_\_\_. *Brasil: tempos modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, pp. 1-23.
- \_\_\_\_\_. *Brasil, a construção interrompida*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- \_\_\_\_\_. “Cultura e desenvolvimento” In: *Folha de S. Paulo*: São Paulo, 05 de novembro de 1995. C.1, p.3.
- \_\_\_\_\_. *Prefácio à Nova Economia política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997e.
- \_\_\_\_\_. *Seca e poder: entrevista com Celso Furtado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- \_\_\_\_\_. “O desafio do futuro” In: *Folha de S. Paulo*: São Paulo, 16 de agosto de 1998a, Caderno 5, pp. 4 e 5.
- \_\_\_\_\_. *O capitalismo global*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998b.
- \_\_\_\_\_. *O longo amanhecer*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- \_\_\_\_\_. “A reconstrução do Brasil” In: *Praga: estudos marxistas* (8), São Paulo: Hucitec, pp. 9-13, agosto de 1999a.
- \_\_\_\_\_. *Formação econômica do Brasil* [1959]. São Paulo: Publifolha, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Em busca de novo modelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- \_\_\_\_\_. “Confrontações ideológicas no Brasil” In: *Folha de S. Paulo*: São Paulo, 31 de dezembro de 2002a, C.A, p. 3.
- \_\_\_\_\_. “A responsabilidade dos cientistas” In: *Folha de S. Paulo*: São Paulo, 13 de junho de 2003, C.1, p. 3.

GAUDÊNCIO, Francisco de Sales e FORMIGA, Marcos (coords.). *Era da esperança: teoria e política no pensamento de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

GOLDTHORPE, John E. *Sociologia do terceiro mundo: disparidade e envolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

GUIMARÃES, J. “A trajetória intelectual de Celso Furtado” In: TAVARES, Maria da Conceição (org.). *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000, pp. 15-32.

HAGEN, Everett Einar. *The theory of social change*. Illinois: The Dorsey Press, 1962.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

HOSELITZ, Berthold Frank. *Progress of underdeveloped areas*. Chicago: University of Chicago, 1952.

LENSKY, Gerhard Emmanuel e LENSKY, J. *Human society: an introduction to macrosociology*. Nova Iorque: McGraw Hill, 1974.  
LOWY, Michael. “A filosofia da história de Walter Benjamin” In: *Estudos Avançados* (vol. 16 – n. 45), maio/ago 2002, pp. 199-206.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia Alemã*. Lisboa: Presença, 1970.

MYRDAL, Gunnar. *Perspectivas de uma economia internacional*. Rio de Janeiro: Saga, 1967.

NURKSE, Ragnar. *Problemas da formação de capital em países sub-desenvolvidos*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1957.

PARSONS, Talcott. *Sociedades: perspectivas evolutivas e comparativas*. São Paulo: Pioneira, 1969.

REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade*. Londrina: Eduel, 2001.

\_\_\_\_\_. “Teorias da mudança social: as perspectivas lineares e as cíclicas” In: *Revista de Ciências Humanas* (32). Florianópolis: UFSC, out/2002.

ROSTOW, Walt Whitman. *Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não-comunista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

SAHLINS, Marshall e SERVICE, Elman Rogers. *Evolution and culture*. Michigan: University of Michigan, 1960.

SPENCER, Herbert. *On social evolution*. Chicago: University of Chicago Press, 1972.

STEWART, Julian Haynes. *Theory of cultural change*. Illinois: University of Illinois, 1979.

SZTOMPKA, Piotr. *A sociologia da mudança social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

TAVARES, Maria da Conceição (org.). *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

WHITE, Leslie A. *The science of culture: a study of man and civilization*. New York: Grove, 1949.

\_\_\_\_\_. *The evolution of culture*. New York: McGraw Hill, 1959.